

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI N.º 1.037, DE 2003.**

Altera a Lei nº 9.053, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a habilitação de pessoas portadoras de deficiência física.

**Autor:** Deputado RICARDO IZAR

**Relator:** Deputado ENIO TATICO

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em questão, de autoria do nobre Deputado Ricardo Izar, objetiva acrescentar dispositivo ao Código de Trânsito Brasileiro, considerando prova especializada e julgada por comissão especial, o exame veicular prestado por candidato portador de deficiência física. A referida comissão especial, a ser nomeada pelo órgão executivo de trânsito estadual, deverá ser integrada por dois examinadores de trânsito e um médico. Determina, ainda, a proposta, que o veículo a ser usado na realização do exame deve estar adaptado segundo a indicação contida no laudo médico emitido pela comissão especial.

Na justificação da proposição o Autor releva a importância da habilitação como instrumento para a inserção social dos portadores de deficiência física, por proporcionar-lhes condições de mobilidade e lhes permita exercer atividades como trabalhar e estudar.

O Projeto foi inicialmente apreciado pela Comissão de Seguridade Social e Família, onde recebeu parecer pela sua aprovação quanto ao mérito.

Em seguida, distribuída à Comissão de Viação e Transportes, a proposição ali recebeu parecer igualmente favorável à sua aprovação, quanto às questões relativas ao trânsito.

A esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cabe manifestar-se quanto à constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, de acordo com o art. 54 do regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental

É o relatório.

## **II – Voto do Relator**

O projeto de lei em exame atende aos pressupostos constitucionais relativos à competência da União, ao processo legislativo e à legitimidade de iniciativa. A técnica legislativa empregada em sua elaboração é correta. Nada há a opor quanto à sua juridicidade.

Vale ressaltar a importância da iniciativa do eminente Deputado Ricardo Izar, no que tange à sua preocupação em que sejam criados instrumentos para a inserção social de pessoas portadoras de deficiência física, mediante acesso à educação e ao mercado de trabalho.

No entanto, mesmo não cabendo a esta Comissão, neste caso, a apreciação do mérito da matéria, julgo pertinente observar, em relação ao Parágrafo Único da proposta, obrigando a adaptação dos veículos a serem utilizados na realização dos exames de habilitação, que a diversidade de adaptações necessárias para atender às peculiaridades da gama de deficiências existentes, tornaria impossível a sua aplicabilidade.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 1.037, de 2003, **e pela sua aprovação, com a adoção da emenda em anexo.**

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em        de        de 2005.

**Deputado ENIO TATICO**

Relator